

O **Informativo Mensal de Conjuntura** faz parte das publicações e análises efetuadas pela equipe técnica do Boletim *Economia & Tecnologia* publicado trimestralmente. O Informativo apresenta uma análise rápida dos principais indicadores conjunturais da economia brasileira, com dados atualizados até o mês anterior à publicação e é disponibilizado aos leitores interessados entre os dias 15 e 20 de cada mês. O **download** gratuito pode ser feito no site www.economiaetecnologia.ufpr.br.

POLÍTICA MONETÁRIA E INFLAÇÃO

O COPOM realizou no dia 18 e 19 de outubro sua penúltima reunião do ano. Nessa reunião reduziu a taxa básica de juros para 11,5% a.a.

Em termos gerais, a deterioração do cenário econômico global, prevista pelo BC, e já utilizada como justificativa para dar início a um ciclo de corte de juros, tem se confirmado paulatinamente pelo desenrolar da crise na União Monetária Europeia.

A previsão do mercado para a Selic continua em 11,00% a.a. para o final de 2011. Portanto, há uma margem de redução da taxa de juros em 0,5 pontos percentuais.

Para o ano de 2012 a previsão é de 10,50% a.a., com o IPCA a 5,60% a.a

TABELA 1 - RELATÓRIO DE MERCADO

Mediana Agregada	2011				2012			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Compor.	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Compor.
IPCA (%)	6,52	6,52	6,50	Queda	5,52	5,61	5,60	Queda
IGP-DI (%)	5,77	5,92	5,97	Queda	5,06	5,15	5,19	Aumento
IGP-M	5,79	5,87	5,82	Queda	5,15	5,26	5,29	Aumento
IPC-Fipe (%)	5,77	5,65	5,65	Queda	5,00	5,10	5,11	Aumento
Meta Taxa de Juros Selic	11,00	11,00	11,00	=	10,75	10,50	10,50	=

FONTE: Banco Central do Brasil (21/10/11).

O arrefecimento da atividade econômica interna no Brasil no segundo semestre está abrindo espaço para a redução das estimativas de inflação. Como se pode ver na Tabela 1, todos os indicadores de preço apresentaram queda.

Segundo o Relatório Focus do Banco Central, a expectativa do mercado para a inflação de 2011 caiu para 6,5% na semana passada (teto da meta do BC). A projeção de 2012 também foi levemente reduzida (veja Tabela 1). Em relação ao IGP-DI, ficou em 5,97% a.a., no que diz respeito ao IGP-M, 5,82% a.a. e em relação ao IPC-FIPE, cerca de 5,65% a.a.

De acordo com dados do IBGE, a redução da taxa de crescimento anual está convergindo para mais próximo de 3% a.a. Com a indústria em nível de atividade mais baixa, o varejo perdendo fôlego e a crise externa reduzindo o otimismo de empresários e consumidores, bancos estrangeiros estão prevendo um desempenho ainda pior, na casa de 2,8% a.a.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O IBGE divulgou no início do mês de outubro os dados relativos à produção industrial brasileira em agosto de 2011. Conforme mostra a Tabela 2, a produção industrial no Brasil apresentou queda de 0,2% na passagem de julho para agosto do corrente ano, na série com ajuste sazonal. O comparativo entre agosto de 2011 e agosto de 2010 mostrou uma expansão de 1,8% na produção industrial.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a agosto do corrente ano com igual período do ano anterior foi registrado crescimento de 1,4% na produção industrial.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BRASIL - AGOSTO DE 2011

Período	Produção Industrial
Julho 11/Agosto 11*	-0,20%
Agosto 11/Agosto 10	1,80%
Acumulado ano	1,40%
Acumulado 12 meses	2,30%

FONTE: IBGE.

* Série com ajuste sazonal.

No comparativo entre julho e agosto de 2011, em termos setoriais, destacaram-se negativamente os setores de bens de consumo, com 1,3% de retração e o setor de bens intermediários com recuo de 0,2%. O setor de bens de capital registrou avanço de 0,9%.

Dos 27 ramos industriais pesquisados, 11 apresentaram retração, com destaque para alimentos (-4,6%), edição e impressão (-7,8%), e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-5,9%). No campo positivo destaque para o fumo (38,3%), estimulado em grande medida pelo prolongamento da safra, e perfumaria, sabões e produtos de limpeza (4,7%).

Em termos regionais, a produção industrial apresentou queda em 10 dos 14 locais pesquisados entre julho e agosto de 2011. Os destaques negativos foram Goiás (-6,6%) e Espírito Santo (-6,4%). As regiões que apresentaram avanço na produção em julho frente a agosto foram Paraná (7,0%), Rio de Janeiro (4,3%), Santa Catarina (1,9%) e Ceará (1,5%).

A Tabela 3 apresenta o desempenho do emprego industrial no Brasil em agosto de 2011. Na passagem de julho para agosto houve avanço de 0,4% no nível de pessoal ocupado; 0,4% de crescimento no número de horas pagas e 3,3% de aumento na folha de pagamento real.

No comparativo entre agosto de 2011 e agosto de 2010 o nível de pessoal ocupado apresentou crescimento de 0,6%; o número de horas pagas manteve-se praticamente estável e a folha de pagamento real cresceu expressivos 7,1%. No acumulado de 2011 *versus* o acumulado de 2010 os resultados também são todos positivos, com destaque para a folha de pagamento real que registrou aumento de 5,2%. A análise dos indicadores conjunturais mostra que a folha de pagamento real vem apresentando aumentos sucessivos e expressivos, indicando melhora nas condições de renda dos trabalhadores da indústria.

TABELA 3 - INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA - BRASIL - AGOSTO DE 2011

Variáveis	Variação (%)		
	Jul-11/Ago-11*	Ago-11/Ago-10	Acumulado Ano
Pessoal ocupado assalariado	0,40	0,60	1,60
Número de horas pagas	0,40	0,10	1,30
Folha de pagamento real	3,30	7,10	5,20

FONTE: IBGE.

* Série com ajuste sazonal.

SETOR EXTERNO

As exportações brasileiras em setembro corresponderam a US\$ 23,39 bilhões, e o valor das importações foi de US\$ 20,21 bilhões. O superávit comercial registrado foi de US\$ 3,07 bilhões, e a corrente de comércio (soma das exportações e importações), de US\$ 43,5 bilhões.

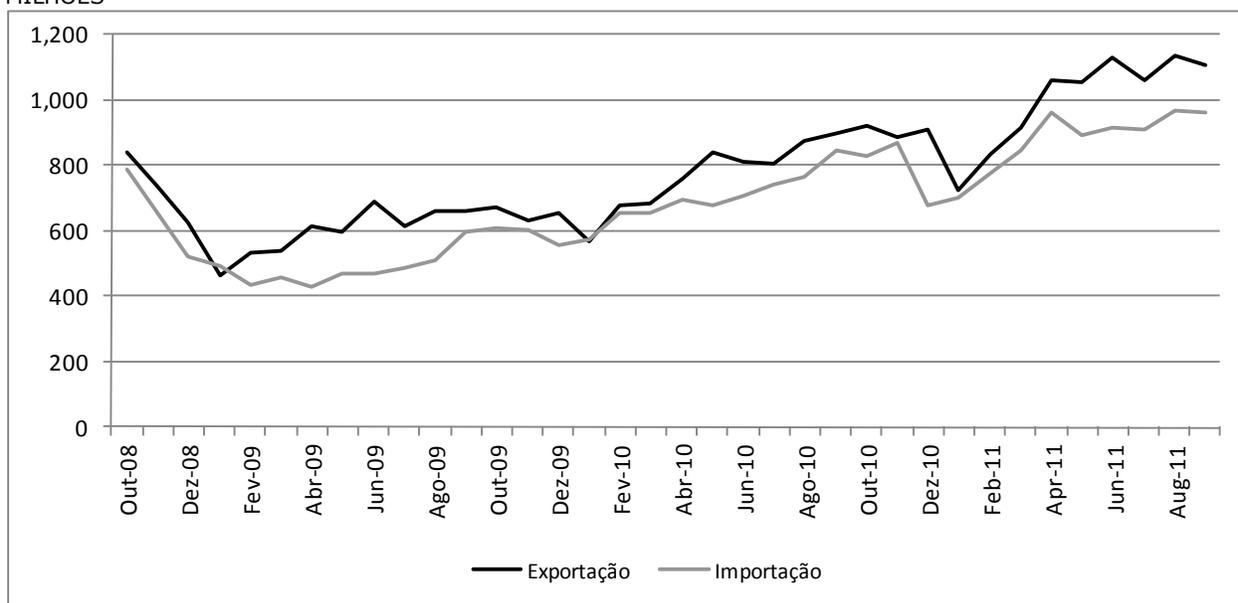
Na média diária, o valor exportado equivale a US\$ 1,108 bilhão em cada um dos 21 dias úteis do mês. Esse valor é 2,51% menor do que o registrado em agosto deste ano, e 23,64% maior do que a cifra correspondente a setembro do ano passado.

No caso das importações, a média diária registrada foi de US\$ 962,45 milhões - equivalente a um declínio de 0,67% em relação ao mês anterior, e a um incremento de 13,93% sobre o valor registrado 12 meses antes.

A média por dia útil do superávit comercial foi de US\$ 146,36 milhões. Esse valor é 13,10% menor do que o superávit registrado em agosto deste ano, e 181,37% maior do que o saldo positivo correspondente a setembro do ano passado.

Essas e outras informações são ilustradas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS 36 MESES – MÉDIA POR DIA ÚTIL (US\$ MILHÕES)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo o critério do valor transacionado, as cinco principais categorias de mercadorias exportadas pelo país em setembro foram minérios de ferro não-aglomerados (13,97% do valor exportado), grãos de soja (6,25%), óleos brutos de petróleo (5,92%), açúcar de cana (5,72%) e minérios de ferro aglomerados (3,57%).

Os principais países de destino da exportação brasileira no mês passado foram China (19,41% do valor exportado), Argentina (9,48%), Estados Unidos (9,11%), Holanda (5,57%) e Japão (4,54%).

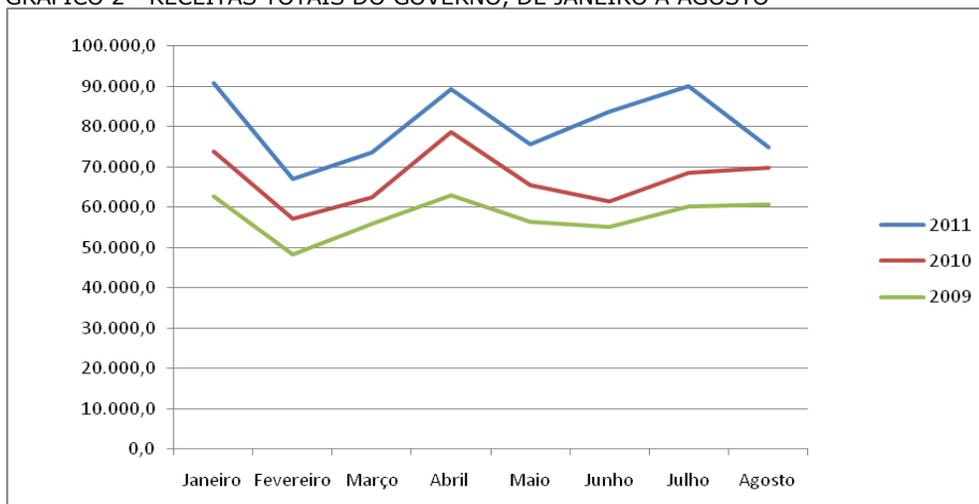
As cinco principais categorias de mercadorias importadas pelo Brasil no mês passado foram óleos brutos de petróleo (5,37% do valor importado), óleo diesel (4,2%), automóveis médios (3,08%), naftas para petroquímica (2,38%) e cloretos de potássio (1,67%).

Os principais países de origem da importação brasileira em abril foram China (15,72% do valor importado), Estados Unidos (14,77%), Argentina (7,09%), Alemanha (6,47%) e Coreia do Sul (4,69%).

FINANÇAS PÚBLICAS

Governo Central arrecadou R\$ 74,9 bilhões em agosto de 2011, valor 16,9% menor do que no mês anterior e 7,3% superior em relação ao mesmo período de 2010. Podemos ver pelo Gráfico 2 abaixo que a queda foi atípica se comparada com os anos anteriores:

GRÁFICO 2 - RECEITAS TOTAIS DO GOVERNO, DE JANEIRO A AGOSTO

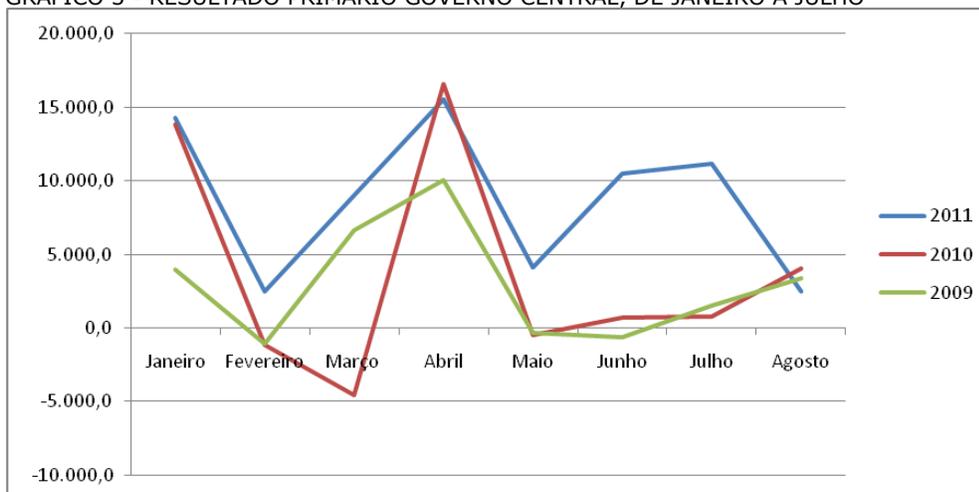


FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

Os principais motivos foram os decréscimos de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 8,3 bilhões na CSLL, devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho. O decréscimo também de R\$ 3,6 bilhões na cota-parte de compensações, explicado, principalmente, pelo pagamento trimestral de *royalties* sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, realizado em julho.

O resultado primário do governo em julho de 2011 foi superavitário em 2,5 bilhões, contra R\$ 11,3 bilhões em junho, se comparado ao do mesmo período de 2010 o resultado também foi negativo, onde o superávit foi R\$ 4,0 bilhões.

GRÁFICO 3 - RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL, DE JANEIRO A JULHO



FONTE: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 69,8 bilhões frente a um superávit de R\$ 29,7 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 40,1 bilhões ou 135,3%, na comparação entre os dois períodos.

O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,9 bilhões e R\$ 58,3 milhões, respectivamente. Da mesma forma, os gastos com custeio e capital também apresentaram redução de R\$ 6,9 bilhões, atingindo R\$ 19,9 bilhões, em agosto. As despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego foram os principais fatores que contribuíram para esse comportamento (diminuição de R\$ 4,5 bilhões).

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,9 bilhões, contra déficit de R\$ 2,1 bilhões apurado em julho. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 694,8 milhões. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 2,5 bilhões devido, principalmente, ao pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,7 bilhão no mês, contra R\$ 2,2 bilhões, em julho. A parcela rural apresentou, em julho, déficit de R\$ 5,6 bilhões, contra R\$ 4,3 bilhões registrado no mês anterior.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 929,0 bilhões em agosto, o equivalente a 23,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 10,0 bilhões, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 9,3 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, e de R\$ 737,2 milhões na Dívida Externa Líquida. Relativamente ao PIB, houve aumento de 0,1 p.p no mês.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,7 p.p, passando de 26,2% em agosto de 2010 para 23,5% em agosto de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 8,9 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 27,0 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e da redução de R\$ 18,2 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

ECONOMIA PARANAENSE

MERCADO DE TRABALHO

No mês de setembro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o estado do Paraná gerou 13.157 empregos formais (sendo 6.008 na Região de Curitiba). Em comparação com os demais estados do Sul, o Paraná segue criando maior número de empregos; em setembro Santa Catarina criou 10.297 e o Rio Grande do Sul registrou 6.504 novas contratações. Em 2011, o Paraná, registra saldo positivo de 137.862 empregos com carteira assinada.

O setor que mais contratou em agosto foi o de serviços, 5.011 novos postos de trabalho. O comércio, em segundo lugar, apresentou saldo de 4.850 contratações e a construção civil 1.493.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) permaneceu próxima à estabilidade, e variou de 3,7% para 3,8%, entre julho e agosto de 2011. O leve aumento deve-se principalmente ao aumento da procura por trabalho, uma vez que a população economicamente ativa no Estado variou de 60,3% em julho, para 60,7% em agosto. Em comparação com as demais regiões metropolitanas brasileiras, Curitiba segue com a menor taxa de desemprego. Abaixo, pode-se visualizar a evolução da taxa de desemprego na RMC, no ano de 2011.

GRÁFICO 4 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



FONTES: IPARDES, IBGE.

Ainda de acordo com a PME, a RMC apresentou a terceira maior remuneração real dos trabalhadores no país em julho; 1º Rio de Janeiro (R\$ 1.747,80), 2º São Paulo (R\$ 1.719,10) e 3º Curitiba (R\$ 1.661,90). O resultado curitibano de agosto de 2011 é 3,2% menor do que o registrado em agosto de 2010; e 1,3% maior do que o registrado em julho de 2011. De acordo com Gilmar Mendes Lourenço, presidente do IPARDES, o aquecimento do mercado de trabalho na RMC está bastante relacionado ao ritmo da construção civil, que registrou incremento de 11,2% nas contratações líquidas formais nos primeiros oito meses do ano de 2011.

INFLAÇÃO

Setembro

A inflação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba apresentou como resultado uma variação de 0,30% em setembro. Em agosto o índice foi ligeiramente mais alto: 0,46%. Considerando os últimos 12 meses, a variação acumulada no período é de 6,78%. A inflação acumulada do ano de 2011 está em 4,54%.

Como fatores que puxaram a alta da inflação, citamos o grupo Transporte e Comunicação que registrou incremento dos preços em 1,02%; passagens aéreas (6,27%), álcool combustível (5,67%), gasolina (3,65%), conserto de veículo (2,06%), automóvel de passeio e utilitário usado (-0,44%).

Entre os grupos que registraram arrefecimento nos preços está novamente Vestuário (-2,26%) e o grupo Artigos de Residência (-1,18%). Dentre os itens contabilizados nessas categorias, chama atenção a queda de 17,60% no preço do agasalho infantil e a redução da ordem de 7,48% no preço de móvel para copa e cozinha.

Prévia de Outubro

A primeira prévia (primeira quadrissemana) do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Curitiba, de outubro, aponta para um aumento de 0,26% no índice geral. O fator que mais contribuiu para isso é uma alta de 1,10% no grupo de Alimentos e Bebidas.

Equipe Técnica

Bernardo Piccoli Medeiros Braga. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
bpm.braga@gmail.com

Carlos Eduardo Fröhlich. Bacharel em Matemática e em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Área de concentração: macroeconomia e economia internacional.
carlos.e.frohlich@gmail.com

Guilherme Ricardo dos Santos Souza e Silva. Professor do Setor de Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Foco de estudo na área de Macroeconomia.
guilherme.ricardo@ufpr.br

Joaquim Israel Ribas Pereira. Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPR. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.
joaquimisrael@gmail.com

Luciano Ferreira Gabriel. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Analista Pleno da FIEP (Federação da Indústria do Estado do Paraná) e Professor da UniBrasil. Colaborador do boletim de Economia & Tecnologia. Área de concentração: inflação e política monetária.
lucianofg@gmail.com